



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE DA DESESTATIZAÇÃO E DA REGULAÇÃO

Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Agosto, 2020



DIRETORIA-GERAL

Fábio Henrique Granja e Barros

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS

Flávia Lacerda Franco Melo Oliveira

DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS

Clémens Soares dos Santos

CONSELHO ACADÊMICO

Marcelo da Silva Sousa

Maria Camila de Ávila Dourado

Pedro Paulo de Moraes

Rafael Silveira e Silva

Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Leonardo Lopes Garcia

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Ana Carolina Dytz Fagundes de Moraes

Flávio Sposto Pompeo

Gilvan Coutinho da Silva

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Cleuves Oliveira de Almeida Santos

Willker Alcântara dos Santos

Sumário

1.	IDENTIFICAÇÃO.....	4
1.1	Dados do curso.....	4
1.2	Período e periodicidade	4
1.3	Público-alvo.....	4
1.4	Seleção e matrícula	5
1.5	Instituição promotora	5
2.	DIRETRIZES GERAIS.....	6
2.1	Justificativa	6
2.2	Objetivos	7
2.3	Competências desenvolvidas	7
2.4	Perfil do egresso.....	8
2.5	Metodologia	8
3.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	8
3.1	Matriz curricular	8
3.2	Ementa das disciplinas	11
4.	AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO.....	26
4.1	Sistemas de avaliação.....	26
4.2	Avaliação do aluno	27
4.2.1	Frequência mínima	27
4.2.2	Avaliação por disciplina	27
4.2.3	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	27
4.2.4	Aproveitamento de créditos.....	28
4.2.5	Pesquisa e extensão.....	28
4.3	Avaliação do curso.....	28
4.4	Certificação.....	28
5.	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	28
5.1	Comissão de coordenação	28
5.2	Corpo docente.....	29
6.	RECURSOS TECNOLÓGICOS E DIDÁTICOS.....	29
6.1	Infraestrutura	29
6.2	Acervo bibliográfico.....	29
	APÊNDICE I – BIBLIOGRAFIAS.....	31
	APÊNDICE II – PROJETO DE PESQUISA	40
	APÊNDICE III - TERMO DE MATRÍCULA E RESPONSABILIDADE POR ORIENTAÇÃO	41

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados do curso

Nome do curso	Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação – 4ª edição
Área do conhecimento	Regulação e desestatização
Linhas de pesquisa	Regulação, desestatização e Infraestrutura
Modalidade	Híbrida (telepresencial e a distância)
Carga horária	Mínimo de 369 horas de disciplinas (a depender da especialidade escolhida no módulo 3) + 40h para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

1.2 Período e periodicidade

O curso será ofertado a partir de fevereiro de 2021, conforme o seguinte cronograma geral:

		Carga horária	Início	Término
Módulo 1	14 semanas	132 horas	01/03/2021	30/06/2021
Módulo 2	14 semanas	120 horas	9/8/2021	30/11/2021
Módulo 3	14 semanas	Mínimo de 120 horas a depender da especialidade escolhida	7/3/2022	10/6/2022
TCC	120 dias	40 horas		

As aulas telepresenciais (a distância com transmissão ao vivo e interação em tempo real - síncronas) e atividades a distância (assíncronas) terão a carga horária distribuída em doze horas semanais. Poderão ocorrer até três encontros por semana, de até três horas por dia, preferencialmente nas segundas-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras, das 9h às 12h. A distribuição da carga-horária do curso será de doze horas semanais no total, incluindo as aulas síncronas e assíncronas.

Se necessário, poderá haver a realização de atividades fora desses dias e horários, ou a antecipação de aulas para outros dias da semana, em especial, nas seguintes situações:

- a) quando houver feriados próximos;
- b) se houver problemas tecnológicos na realização de transmissão ao vivo com interação em tempo real.

O cronograma detalhado das aulas será definido e comunicado aos alunos oportunamente.

1.3 Público-alvo

O curso destina-se a portadores de diploma de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, que

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

atuem ou pretendam atuar na área de interesse relacionada ao controle da regulação, e que sejam:

- a) Auditores Federais de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), que atuem preferencialmente nas Secretarias da Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura (Coinfra);
- b) Auditores Federais de Controle Externo do TCU de gabinetes e outras secretarias;
- c) Servidores de carreira das agências reguladoras federais das áreas de infraestrutura e de exploração de bens públicos (ANEEL, ANATEL, ANAC, ANP, ANTT, ANTAQ, ANM e ANA) e dos respectivos ministérios supervisores; Auditores Federais de Finanças e Controle do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), que atuem na Secretaria de Controle Interno e na auditoria de políticas econômicas, de produção e de infraestrutura; e Procuradores Federais e Advogados-Gerais da União (AGU); e
- d) Servidores de carreira dos Tribunais de Contas estaduais e municipais que atuem no controle da regulação dos setores de infraestrutura.

1.4 Seleção e matrícula

O ingresso no curso ocorrerá por meio de processo seletivo regido por edital próprio, podendo abranger tanto profissionais pertencentes ao quadro funcional do TCU quanto de outras instituições parceiras, a critério da direção do ISC-TCU.

Para a efetivação da matrícula no curso, além da aprovação no processo seletivo, os participantes deverão cadastrar e atualizar seu currículo na base de currículos do TCU ou na plataforma Lattes da Capes (em caso de aluno externo) e encaminhar para o ISC, cópia digital e link para o currículo, bem como uma Proposta de Projeto de Pesquisa conforme descrito no Apêndice II.

1.5 Instituição promotora

Criado por lei federal (art. 88 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992), o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) foi concebido pelo ideal de propiciar condições para o desenvolvimento humano e organizacional do Tribunal, provendo a Secretaria do TCU de pessoas qualificadas para o exercício das atividades de controle externo da Administração Pública.

As competências do Instituto estão definidas na Resolução 305/2018, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União; na Resolução-TCU nº 212, de 25 de junho de 2008, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação no âmbito do TCU; em seu Regimento Interno; e nos regulamentos específicos de cada segmento educacional, inclusive, no da pós-graduação. A Resolução-TCU nº 212/08 estabelece para o Programa de Pós-Graduação os seguintes objetivos:

- I. promover a pesquisa científica e a geração de conhecimento em nível avançado em áreas de interesse do TCU, com vistas a melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações realizadas pelo Tribunal no cumprimento de sua missão institucional;
- II. aprimorar a qualificação e a especialização dos servidores do TCU e ampliar o corpo docente do Instituto Serzedello Corrêa, com vistas à promoção de futuros projetos de pós-graduação de interesse institucional; e

- III. criar as condições necessárias à preservação de uma cultura organizacional comprometida com a inovação e com a permanente adequação das competências dos servidores aos objetivos do Tribunal.

Em 14 de fevereiro de 2017, o Ministério da Educação publicou o despacho do Ministro em que homologa o Parecer nº 657/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Escola de Governo Instituto Serzedello Corrêa e unidades vinculadas, para oferta de pós-graduação *lato sensu*, em regime presencial e a distância, observando-se o prazo de 8 (oito) anos.

2. DIRETRIZES GERAIS

2.1 Justificativa

A partir da década de 90, com a reforma do Estado brasileiro, verificou-se a intensificação da utilização pela administração pública dos instrumentos de delegação de atividades e serviços antes executados pelo Estado. Transferia-se para agentes privados a prestação de serviços públicos que não precisavam ser oferecidos diretamente pelo aparelho estatal e que seriam mais bem executados por particulares. Isso gerou a necessidade de se estabelecer entidades competentes para monitorar e regular a prestação desses serviços, com o intuito de assegurar a qualidade, a continuidade, a modicidade e a efetividade dos serviços prestados, bem como a viabilidade, o equilíbrio e atratividade do negócio. Nesse contexto foram criadas as agências reguladoras, pessoas jurídicas de direito público interno, responsáveis por fiscalizar e regulamentar os serviços públicos delegados a particulares.

A Constituição de 1988 estabelece que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). Cabe ao TCU verificar a atuação das agências reguladoras e, para esse fim, foi criada, em 1998, a 9ª Secretaria de Controle Externo (9ª Secex), em seguida denominada Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Sefid), unidade técnica responsável pelo acompanhamento dos processos de desestatização no âmbito da administração pública federal. A partir de 2013, o Tribunal passou por uma reestruturação e, atualmente, cabe à Coordenação de Fiscalização de Infraestrutura (Coinfra) a partir das suas secretarias especializadas em diversas áreas, o acompanhamento dos processos de desestatização e o controle da regulação setorial no âmbito da administração pública federal. As Seinfra acompanham a prestação de serviços públicos nas áreas de portos e ferrovias (SeinfraPortoFerrovia), de rodovias e aeroportos (SeinfraRodoviaAviação), setor elétrico (SeinfraElétrica), comunicações e mineração (SeinfraCOM), petróleo e gás natural (SeinfraPetroleo) e saneamento e mobilidade urbana (SeinfraUrbana).

Outras unidades do Tribunal, como os Gabinetes de Ministros e a Secretaria de Recursos (Serur), também lidam com processos relativos à regulação de infraestrutura, o que evidencia a necessidade de desenvolvimento de seus servidores na área de controle da regulação.

Para acompanhar a prestação de serviços públicos nessas áreas, o Tribunal requer um corpo técnico altamente qualificado e especializado, o que motiva um investimento massivo em ações de desenvolvimento especialmente delineadas para as necessidades da unidade. O ISC já promoveu cursos de Especialização em Controle da Regulação em 2002/2003 e 2009/2010 e, em 2017/2018, em parceria com a ENAP, foi editada a especialização em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura.

Contudo, grande parte dos egressos dessas especializações já não mais atuam na área de controle da regulação, em virtude, dentre outros motivos, de aposentadorias, movimentações e assunção de funções comissionadas. Além disso, houve ingresso de novos servidores nessa área, oriundos das secretarias dos Estados que, a partir de 2019, foram vinculados às secretarias da Sede, sendo necessário investir na especialização desses servidores. Isso posto, verifica-se a necessidade da realização de novas ações de educação continuada de mais longo prazo nessa área, em especial da oferta de uma nova Especialização, com o objetivo de desenvolver as competências profissionais necessárias ao desempenho das atividades afetas à regulação de serviços públicos concedidos.

2.2 Objetivos

Especializar servidores e promover a produção, a aplicação e a disseminação de conhecimentos, bem como desenvolver competências profissionais inerentes às atividades de controle externo afetas à área de regulação de serviços públicos concedidos.

- a) Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe possibilitem atuar no controle externo da regulação, nas fases de análise e avaliação de processos de outorga, da execução contratual e do desempenho de entes reguladores e de instâncias formuladoras de políticas setoriais de infraestrutura;
- b) Fortalecer o emprego de conceitos, habilidades e instrumentos de aspectos gerais e específicos da teoria da regulação e suas implicações práticas no processo regulatório;
- c) Possibilitar o desenvolvimento de especialistas em regulação de áreas temáticas – petróleo e gás, energia elétrica, mineração, transportes, telecomunicações e infraestrutura urbana, de acordo com a vocação e necessidade do aluno;
- d) Oferecer aos servidores um espaço para a reflexão crítica e a aquisição de novos conhecimentos sobre a regulação, em especial no que se refere aos serviços de infraestrutura, e o controle externo exercido sobre entes reguladores; e
- e) Possibilitar o desenvolvimento de pesquisa e grupos de discussão específicos na área de regulação de infraestrutura e de serviços públicos e seu controle.

2.3 Competências desenvolvidas

- Conhecer as políticas públicas setoriais para verificação das estratégias de implementação;
- Analisar a regulação setorial frente a política pública setorial;
- Conhecer os mercados/atividades reguladas em análise e suas especificidades;
- Identificar as demandas do setor regulado para aprimorar as modelagens utilizadas nas desestatizações;
- Formular análises críticas acerca da política regulatória adotada;
- Identificar riscos na atuação do regulador;
- Identificar boas práticas adotadas em determinados setores que seriam aplicáveis em outros;
- Identificar boas práticas nos objetos fiscalizados e sabe replicar para outros casos;
- Fazer análises comparadas das melhores práticas regulatórias;

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

- Avaliar modelagens econômicas de projetos conexos à atuação em regulação e desestatização;
- Entender sobre os parâmetros, inputs e outputs dos modelos econômico-financeiros em análise;
- Analisar o processo de outorga – Concessão e PPP;
- Identificar e avaliar riscos em processos de desestatização;
- Identificar riscos na execução contratual.

2.4 Perfil do egresso

O egresso do curso de pós-graduação deve retornar às suas atividades laborais com maior capacidade de pesquisa, análise, avaliação e controle da desestatização e da regulação. Essas competências poderão ser aplicadas na área de atuação de cada aluno em suas respectivas instituições.

A partir desse processo de desenvolvimento técnico e profissional, o egresso será incentivado a continuar sua busca por autodesenvolvimento, por meio de uma educação por toda a vida, em benefício da Administração Pública e da sociedade brasileira.

2.5 Metodologia

As atividades pedagógicas serão desenvolvidas segundo uma abordagem que privilegia a associação entre teoria e prática, por meio de aulas expositivas, discussões e trabalhos em grupo, estudos de casos, pesquisas de campo sobre o controle da regulação, leitura crítica de textos, debates em sala de aula, seminários e palestras com profissionais e professores convidados, além de outras julgadas pertinentes pelos professores e alunos.

Ressalte-se que, na realização dessas atividades didáticas, o objetivo maior é estabelecer não apenas o trânsito entre trabalho e educação, como é comum e desejado em um processo de formação em serviço, mas também uma rede de interconexões entre os saberes e as práticas que fundamentam o campo da administração e das organizações públicas, especialmente a teoria econômica aplicada ao controle da regulação de serviços públicos concedidos.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1 Matriz curricular

As atividades e o conteúdo do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo. Os módulos 1 e 2 são obrigatórios. No módulo 3 o aluno pode optar pela temática generalista ou por qualquer uma das especialidades, devendo cumprir toda a carga horária prevista para o módulo.

Caso a opção seja pelas especialidades “Mineração” ou “Telecomunicações”, o aluno deverá compor a carga mínima de 120 horas-aula escolhendo disciplinas entre as disponíveis na temática generalista.

A qualquer aluno que escolher área temática específica é permitido cursar disciplinas da temática generalista, como disciplina optativa.

Módulo 1:

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

Aspectos gerais da Teoria da Regulação	hs
Gestão, Políticas e Governança Pública no Brasil Contemporâneo	15
Governança regulatória	12
Economia da Regulação	24
Economia da Infraestrutura	24
Finanças corporativas	21
Direito Regulatório	24
Metodologia de pesquisa científica	12

Módulo 2:

Controle externo da Regulação e da Desestatização	hs
Prática em Controle da regulação: ciclo da infraestrutura, políticas públicas e atuação do regulador	24
Prática em Controle da regulação: Análise de demonstrações contábeis para regulação contratual e de desestatização	18
Prática em Controle da regulação: processo de outorga (análise de EVTEA e de minuta de edital e contrato)	36
Tópicos de Direito aplicado na elaboração de edital e contrato	12
Prática em Controle da regulação: leilão e execução contratual	18
Prática em controle da regulação: responsabilização	12

Módulo 3

A - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática generalista)

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização	hs
Teoria Política e Econômica da Regulação	24
Análise de impacto regulatório	12
Defesa da concorrência	24
Judicialização e Políticas regulatórias	12
Regulação e meio ambiente	12
Análise econômica de leilões	12
Análise econômica do Direito	12
Regulação responsiva	9
Composição de conflitos	9

B - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Petróleo e Gás)

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização	hs
Aspectos Econômicos, Técnicos e Financeiros do Setor de O&G	60
Aspectos Regulatórios e Tributários do Setor de O&G	60

C - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Energia Elétrica)

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização	hs
Estrutura e Governança da Política, Regulação, Planejamento e Operação do Setor Elétrico	32
Desenhos de Mercado de Energia Elétrica	32
Aspectos Jurídicos Aplicados à Regulação do Setor Elétrico	20
Contabilidade Empresarial e Regulatória e Aspectos Financeiros do Setor Elétrico	16
Aspectos Tributários do Setor Elétrico	16
Políticas Tarifárias	20

D - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Transportes)

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização	hs
Aspectos regulatórios no setor rodoviário	18
Aspectos regulatórios no setor aeroportuário	18
Aspectos regulatórios no setor ferroviário	24
Aspectos regulatórios no setor aquaviário	24
Aspectos de balanços contábeis e avaliação de empresas para o setor de transporte	15
Particularidades da análise do EVTEA no setor de transportes	15
Intermodalidade/Logística de Transporte/Corredores Logísticos	12

E - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Infraestrutura urbana)

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização	hs
Aspectos regulatórios sobre Recursos Hídricos	30
Tópicos especiais sobre desastres naturais e gestão de riscos	21
Aspectos regulatórios sobre saneamento básico	30
Tópicos especiais sobre desenvolvimento urbano e habitação social	30
Tópicos especiais sobre Mobilidade urbana	24

F - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Telecomunicações)

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização	hs
Gestão de Espectro de Frequência	18
Aspectos técnicos e regulatórios sobre Internet	14
Tópicos Especiais em Telecomunicações	16
Aspectos técnicos e regulatórios sobre Radiodifusão	6
Competição em Telecomunicações	12

G - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Mineração)

Tópicos especiais em setores de infraestrutura	hs
Aspectos gerais da mineração no Brasil e no mundo	12
Política pública do setor de mineração no Brasil	12
Aspectos legais e regulatórios do setor de mineração	21
Aspectos socioambientais do setor minerário	12
Gestão da informação na mineração	9

3.2 Ementa das disciplinas

MÓDULO 1: ASPECTOS GERAIS DA TEORIA DA REGULAÇÃO

Gestão, Políticas e Governança Pública no Brasil Contemporâneo (15 horas):

Objetivo: compreender como o tema “regulação de setores de infraestrutura” está inserido na política pública e as consequências para a gestão e governança pública no Brasil contemporâneo

Modelos de Gestão Pública e Reformas Administrativas. Gestão Pública no Brasil Contemporâneo: a reestruturação do papel do Estado brasileiro, o plano diretor da reforma do Estado e a EC19/88, as modernizações administrativo-gerenciais, as inovações sociopolíticas, o público não-estatal e as relações entre setor público e setor privado. Burocracia pública no Brasil: dicotomia política-administração, capacidades administrativas, disfunções burocráticas e princípios na new public management (ou paradigma gerencial): gestão por resultados, foco no usuário-cidadão e governo aberto (transparência, participação e controle social). Ciclo das políticas públicas: agenda, formulação, implementação e avaliação - com overview dos métodos, instrumentos e ferramenta de cada fase. Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo: instituições, dinâmicas, sistemas, atores, estilos e redes. Governança Pública e suas múltiplas dimensões: análise do Estado-rede, dos mecanismos de accountability, da estrutura/organização do processo regulatório e da função de controle na federação brasileira.

Governança regulatória (12 hs):

Objetivo: conhecer os conceitos de governança regulatória e suas implicações práticas de forma que auditores possam compreender a atuação dos gestores no processo regulatório.

Agências Reguladoras: autonomia, organização, funcionamento e competências. Do poder regulamentar das Agências Reguladoras. Governança regulatória. O ciclo da política regulatória. Legitimidade e transparência do processo regulatório. Qualidade da regulação. Regulação baseada em evidências. Autonomia regulatória. Capacidades estatais e burocracia. Profissionalização na gestão regulatória. Processo de decisão colegiada nas Agências Reguladoras. Participação social. Consultas e Audiências Públicas. Captura regulatória e conflitos de interesses. Coerência regulatória. Coordenação Governamental, Supervisão regulatória e políticas públicas. Revisão do Estoque Regulatório. Organismos de Supervisão regulatória. Accountability regulatória. A relação das Agências com o Poder Legislativo.

Economia da Regulação (24 hs):

Objetivo: conhecer os conceitos de economia da regulação e suas implicações práticas de forma que auditores possam compreender os aspectos teóricos relacionados à regulação de setores da infraestrutura.

Falhas de Mercado: Poder de mercado (monopólio natural, barreiras à entrada), Externalidades e Informação assimétrica. Quando regular: Falhas de mercado x falhas de governo. O problema econômico das Estatais. Separação de atividades competitivas x não competitivas. O trade-off da Integração Vertical: Concorrência (facilidade essencial) e Coordenação (custos de transação). Regulação de acesso x Desverticalização: Custos e benefícios de cada modelo. Modelos de Precificação e Incentivos. O papel da informação assimétrica no poder do sistema de incentivos: Price Cap X Cost plus - vantagens e desvantagens. O caso para regulação de qualidade e investimentos. Demsetz e a Eficiência da Concorrência Pelo Mercado. Principais questões de Teoria dos Leilões em Concessões. Discriminação de Preços e Regulação. Subsídios cruzados, concorrência e objetivos de universalização dos serviços. Regulação de riscos ambientais e de acidentes. Influência da Economia comportamental na regulação de risco. Papel da advocacia da concorrência na regulação.

Economia da Infraestrutura (24 hs):

Objetivo: conhecer os conceitos de economia da infraestrutura e suas implicações práticas de forma que auditores possam compreender a atuação dos gestores no processo de estruturação de projetos de infraestrutura em setores regulados.

Definição de Projeto de Infraestrutura. Setores de Infraestrutura - Infraestrutura Econômica e Social. Fases de Projetos de Infraestrutura: Planejamento, Estruturação e Execução. Planejamento Setorial e a Identificação do Projeto: Identificação da necessidade e prioridade do projeto. Enquadramento nas políticas de governo. Análises de Custo/Benefício - Teoria e Estudos de Caso. Taxa de desconto social. Modelo Tradicional vs Concessões/PPPs - Teoria Econômica e Prática: Value For Money e Public Sector Comparator. Benchmarking internacional: estudos de caso Austrália e Reino Unido. Estruturação de Projetos: Mecanismos de Estruturação. Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI). Diálogo Competitivo. Experiência Internacional e Brasileira. Quando regular? Monopólio natural, barreiras de entrada e produtos substitutos. Exemplos setoriais. Separação de atividades competitivas e não competitivas. Experiência internacional: Reino Unido. Como regular? O papel dos modelos regulatórios e informação assimétrica: seleção adversa e moral hazard. Regulação Discricionária: teoria e prática. Price Cap vs Cost plus - vantagens e desvantagens. Descrição da metodologia building blocks. Regulação por Contrato: teoria e prática - franchise bidding. Como escolher o melhor modelo regulatório? Detalhando a Regulação por Contrato. Regras de edital - como selecionar um player adequado? Tipos de licitação, variáveis de leilão e barreiras de entrada (técnicas, financeiras e societárias). Regras de contrato - definição do escopo do projeto e prazo. Alocação de riscos. Regras de Remuneração. Regras de Qualidade de Serviço. Regras de Investimento. Reequilíbrio e Renegociação de Contratos de PPP. Monitoramento do Contrato.

Finanças corporativas (21 hs):

Objetivo: conhecer os conceitos de finanças corporativas com foco na teoria de avaliação de empresas e projetos, compreendendo suas relações com mercado de capitais em setores regulados.

Tópicos de Matemática Financeira: juros simples e compostos, fluxo de caixa, taxa de juros, Valor presente líquido (VPL), Taxa interna de retorno (TIR) e TIRM (modificado). Taxa de desconto. Finanças aplicadas à regulação: estrutura de capital; fontes de captação. Métodos WACC e CAPM. O Beta e o modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model). Limitações do CAPM. Custos do capital próprio e do capital de terceiros. Custo médio ponderado de capital (CMPC). Estrutura de capital. Risco e retorno. Análise de projetos em condições de incerteza. Critérios de classificação de projetos de investimentos: VPL, TIR, payback simples e descontado, ILL e Break Even. EVA e MVA. Estimativa de resultados futuros esperados. Análise de viabilidade econômica. Seleção de projetos de investimento e financiamento. Controle e índices de rentabilidade. Indicadores de mercado: P/L e outros múltiplos mais utilizados.

Direito Regulatório (24 hs):

Objetivo: compreender a abordagem jurídica voltada para a regulação dos serviços públicos.

A atuação do Estado no domínio econômico. Serviços públicos e regulação estatal. Harmonização da ordem econômica constitucional com a prática da delegação de serviço público. Divergências sobre o conceito de serviço público. Contrato de concessão de serviço público: evolução histórica e características, conceito, efeitos trilaterais, intervenção, extinção. Questões controversas afetas aos instrumentos jurídicos de delegação de serviços públicos: concessões, permissões, autorizações, arrendamentos e franquias. Tipos de licitação, modalidades, critérios para definição do valor mínimo da outorga ou da tarifa máxima. PPPs. Agências Reguladoras: Autonomia das Agências Reguladoras sob a perspectiva constitucional; O poder regulamentar das Agências; O controle das Agências Reguladoras. Aspectos jurídicos do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Dos direitos e deveres do concessionário, regulador e consumidor. Aspectos práticos da outorga e da execução dos contratos de concessão e permissão de serviços públicos: estudos prévios de viabilidade da concessão. Aspectos jurídicos da universalização dos serviços. Responsabilidade extracontratual dos concessionários. A teoria da imprevisão nas revisões tarifárias.

Metodologia de Pesquisa Científica (12hs)

Conhecimento científico. Introdução à pesquisa científica. Características e classificação da pesquisa científica. Normas da ABNT. Projeto de pesquisa. Apoio à elaboração de artigo.

MÓDULO 2: Controle externo da Regulação e da Desestatização

Prática em Controle da regulação: ciclo da infraestrutura, políticas públicas de infraestrutura e atuação do regulador (24 hs):

Objetivo: apresentar como o controle externo atua na fiscalização do ciclo da infraestrutura, políticas públicas de infraestrutura e atuação do regulador, a partir de estudos de casos práticos.

O Papel da infraestrutura no desenvolvimento socioeconômico. O ciclo de vida da infraestrutura: concepção, preparação, licitação, execução e avaliação. Aderência do ciclo de vida à política pública. Principais atores envolvidos na infraestrutura. Planejamento setorial. Objetivos, riscos e benefícios gerados por um projeto de infraestrutura. Ferramentas para a tomada de decisão. Principais fatores para o fracasso ou o sucesso de um projeto de infraestrutura. Procedimentos de manifestação de interesse e propostas não solicitadas. O

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

papel do controle externo e sua atuação nas diferentes fases do ciclo da infraestrutura. Os instrumentos de fiscalização a serem usados em cada fase. Casos Práticos.

Instrumentos de política pública para os setores de infraestrutura. Principais aspectos abordados pelo TCU nas fiscalizações sobre a formulação, implementação, monitoramento e governança de políticas públicas de infraestruturas reguladas. Referencial de governança de políticas públicas aplicado ao controle externo das políticas de infraestrutura. Casos Práticos.

O controle de eficiência, efetividade e economicidade do formulador de políticas públicas e das agências reguladoras. A atuação do controle externo sobre a regularidade de atos e contratos. Os macroprocessos finalísticos associados às agências reguladoras: outorga, regulamentação, fiscalização e relacionamento com a sociedade. A atuação do TCU sobre as atividades finalísticas das agências reguladoras. Motivação dos atos regulatórios. Controle de segunda ordem. Discricionariedade na atuação das agências reguladoras. Limites à atuação do controle externo sobre concessões e PPPs. Casos práticos.

Prática em Controle da regulação: análise de demonstrações contábeis para regulação contratual e de desestatização (18 hs):

Objetivo: apresentar como o controle externo atua na análise de demonstrações contábeis para regulação contratual e de desestatização, a partir de estudos de casos práticos.

Demonstrações Contábeis: quais informações úteis para o controle e a regulação elas oferecem? O que cada demonstração contábil informa? Articulação entre as demonstrações contábeis. Atividades Operacionais. Atividades Financeiras. Ajustes das demonstrações contábeis para a análise das atividades operacionais e financeiras. Análise vertical e análise horizontal. Análise da rentabilidade: margem e giro (Método de Dupont). Indicadores de liquidez e estrutura de capital. Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. A importância das Notas Explicativas. Relatório da Diretoria e Parecer da Auditoria. Modelo integrado de projeção de fluxos de caixa, com base na Demonstração de Resultados do Exercício e no Balanço Patrimonial. Estimativa do valor da empresa a partir das projeções do modelo integrado.

Prática em Controle da regulação: processo de outorga (análise de EVTEA e de minuta de edital e contrato) (36 hs):

Objetivo: apresentar como o controle externo atua na fiscalização do processo de outorga de concessão de serviços públicos, a partir de estudos de casos práticos.

A atuação do controle externo nos processos de outorgas. Aspectos e etapas da fiscalização em processos de outorgas. Métodos e técnicas desenvolvidos para a análise dos estudos de viabilidade. Premissas do estudo de viabilidade, fluxo de caixa descontado. Premissas de demanda, estimativas de receita e modelo de remuneração. Indicadores operacionais, estimativas de custos e despesas operacionais (OPEX). Parâmetros técnicos e estimativas de investimentos (CAPEX). Depreciação e os efeitos tributários no fluxo de caixa. Coerência entre estudos e minuta de edital com investimentos obrigatórios. Estimativas da taxa de desconto. Projeção do fluxo de caixa operacional. Cálculo do valor da empresa/empreendimento com base no Fluxo de Caixa Descontado. Determinação de tarifas com base no Fluxo de Caixa Descontado. Elementos que compõe a minuta de edital e contrato necessários no processo de outorga. Estudos de casos de fiscalização de EVTEA e exemplos de elaboração de relatório.

Tópicos de Direito aplicado na elaboração de edital e contrato (12hs):

Objetivo: apresentar como são elaborados o edital e o contrato de concessões de serviços públicos, a partir de estudos de casos práticos.

Conteúdo básico do edital e da minuta de contrato de concessão de serviços públicos de infraestrutura. Estruturação de edital e minuta de contrato e o custo regulatório para as agências reguladoras. Aderência do edital e da minuta do contrato com os EVTEA. Alocação eficiente de riscos nos contratos de concessão – riscos explícitos e riscos implícitos. Revisões ordinárias, extraordinárias e renegociação do contrato de concessão. Neutralidade regulatória das agências reguladoras dentro do contrato de concessão. Penalidades no contrato de concessão: concessionário e poder concedente. Da exequibilidade da proposta vencedora. Padronização de minutas de editais e contratos

Prática em Controle da regulação: leilão e execução contratual (18 hs):

Objetivo: apresentar como o controle externo atua no leilão e na execução contratual de concessão de serviços públicos, a partir de estudos de casos práticos.

Coerência entre os estudos de engenharia e as obrigações contratuais de investimentos. Tópicos sobre alocação de riscos nos contratos, matriz de riscos. Tópicos sobre ampla competitividade vs restrição à competição. Restrição à isonomia. Estudo de casos de fiscalização do processo de licitação, por meio de leilão.

Controle externo na execução contratual. O controle de segunda ordem como regra para a fiscalização da execução contratual. Tópicos sobre fiscalização na fase de execução contratual. Fase Investimento, fase operacional. Fiscalização dos indicadores. Tópicos sobre Reequilíbrio econômico-financeiro e Inexecução contratual. Tópicos sobre Prorrogação de contratos de concessão. Estudo de caso de fiscalização do processo de execução contratual.

Prática em Controle da regulação: responsabilização (12hs):

Objetivo: apresentar os conceitos de responsabilização aplicados no controle externo da regulação, a partir de estudos de casos práticos.

Noções de responsabilidade. Responsabilização administrativa junto aos tribunais de contas. Requisitos da responsabilidade administrativa. Consequências da responsabilização. Aspectos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) relacionados com a responsabilização. Responsabilidade dos gestores de obras de infraestrutura. Adaptação da responsabilização para os gestores de infraestrutura concedida. A prescrição nos tribunais: dano ao erário e pretensão punitiva.

MÓDULO 3

A - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática generalista)

Teoria Política e Econômica da Regulação (24hs):

Instituições, organizações e regulação de mercados. A relação entre instituições, governança e performance econômica. Instituições como salvaguardas e freios e

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

contrapesos no contexto regulatório. Como medir governança regulatória. Custos de transação, formas organizacionais e o modelo principal-agente. Economia comportamental. Regulação sob expectativas racionais e sob racionalidade limitada. Viéses cognitivos em contextos regulatórios. Uso de nudges em regulação. Perigo de sludge. Unidades de nudge no Brasil e no exterior. Economia política da regulação. Testes randomizados aleatórios para medir eficácia regulatória. Captura, grupos de interesse e o modelo 'Bootleggers and Baptists.' Regulação e cultura. Regulação no contexto de sistemas complexos. Teoria de redes e regulação. Regulação quando há externalidades de rede e mercados winner-takes-all. Estudos de caso.

Análise de impacto regulatório (12 hs):

Qualidade regulatória e a AIR. Requisitos para a AIR. Elementos da AIR. Metodologias em AIR: visão geral. Papel da consulta e coleta de dados para AIR. O Relatório da AIR. Experiências Internacionais. AIR no Brasil.

Defesa da Concorrência (24 hs):

Direito Econômico, Estado e Desenvolvimento. Direito Concorrencial e questões societárias. O controle do poder econômico: estruturas e condutas anticoncorrenciais. Regulação da defesa da concorrência. Políticas e instrumentos de defesa da concorrência. O Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica. O controle do poder econômico pelo estado: a repressão a condutas abusivas e a apreciação e fiscalização de atos de concentração. Proteção e defesa econômica do consumidor. Instrumentos de defesa do consumidor. Sistema de Defesa da Concorrência: estrutura, atuação e estudos de casos. Introdução de concorrência em indústrias reguladas. Subsídios cruzados, preços sustentáveis, "cream skimming". Regulação parcial e proteção dos consumidores cativos. Questões controvertidas em direito da concorrência no Brasil aplicável aos serviços públicos. Estudos de casos comparados.

Judicialização e Política Regulatória (12 hs):

Judicialização de políticas públicas e de políticas regulatórias. O Papel do Judiciário e do Tribunal de Contas na aferição do mérito das decisões regulatórias. Diálogos Institucionais. Estudo de caso.

Regulação e meio ambiente (12 hs):

Regulação ambiental e seu impacto na regulação de infraestrutura. Órgãos ambientais Federais, estaduais e municipais: competências e atuação no ciclo regulatório e processos de outorga. Análise de impacto ambiental. Crimes ambientais. O novo Código Florestal. O papel dos atores sociais.

Análise econômica dos leilões (12 hs):

Tipologia dos leilões. Cartelização em leilões. Problema de "maldição do vencedor". Leilões de múltiplos objetos e leilão de espectro. Leilões de contratos regulatórios. Estudo de Casos: telefonia no Brasil com os EUA; áreas de petróleo e gás no Brasil (caso cessão onerosa) e regime de partilha VS regime concessão com a experiência internacional; leilões de energia elétrica.

Análise econômica do Direito (12 hs):

Instituições e desenvolvimento econômico. Metodologia da Análise Econômica do Direito (AED). Introdução à Microeconomia. Análise Econômica do Direito de Propriedade. Análise Econômica

do contrato. Análise Econômica da Responsabilidade Civil. Análise Econômica dos crimes e penas. Análise Econômica do processo judicial.

Regulação responsiva (9 hs):

Teoria Responsiva da Regulação. A pirâmide da regulação responsiva. Comparação entre a regulação responsiva e a regulação por comando e controle. Regulação responsiva X autoregulação. Importância da participação da sociedade na regulação responsiva como forma de mitigar o risco de captura. Vantagens e Desvantagens da Regulação responsiva. Exemplos de uso de teoria responsiva por agências reguladoras (no Brasil e no exterior).

Composição de conflitos (9 hs):

Mediação. Conciliação. Arbitragem. Dispute Board. Alternative Dispute resolution. Uso de arbitragem e Dispute Board em Contratos de Concessão e na Administração Pública. Impacto da utilização desses mecanismos na atuação do TCU. Arbitragem e Direitos Indisponíveis. Casos concretos de arbitragem com agências reguladoras.

B - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Óleo e Gás)

Aspectos Econômicos, Técnicos e Financeiros do Setor de Petróleo e Gás (60 hs):

Objetivo: conhecer as especificidades do setor de petróleo e gás quanto aos aspectos econômicos, técnicos e financeiros e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Geopolítica da Indústria de Óleo e Gás Natural. Panorama Econômico Energético no Brasil e no Mundo. Evolução e Organização da Indústria de Óleo e Gás. Aspectos Gerais de Fontes Alternativas de Energia. Principais Players do Mercado de Óleo e Gás Natural no Brasil e no Mundo. Engenharia de Petróleo e Gás Natural. Sistemas e Equipamentos da Indústria do Petróleo. Comercialização de Petróleo e Derivados e a Respectiva Distribuição. Project Finance, Estruturação Financeira e Gerenciamento de Negócios na Indústria de Óleo e Gás.

Aspectos Regulatórios e Tributários do Setor de Petróleo e Gás (60 hs):

Objetivo: conhecer as especificidades do setor de petróleo e gás quanto aos aspectos regulatórios e tributários e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Modelos de Contratação. Regulação Econômica da Indústria de Óleo e Gás Natural. Regulação Ambiental no setor de Óleo e Gás. Princípios Contábeis, IRPJ e CSLL aplicados a investimentos em Óleo e Gás. Tributação no Setor de Óleo e Gás (PIS, COFINS, ICMS, ISS, IPI e outros temas tributários relevantes. Benefícios e aspectos polêmicos no setor de Óleo e Gás. Tributação e fiscalização na distribuição e comercialização de derivados. Internacionalização e tributação internacional no setor de Óleo e Gás. Participações governamentais. Importação, exportação, benefícios e regimes aduaneiros aplicáveis ao setor de Óleo e Gás.

C - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Energia Elétrica)

Estrutura e Governança da Política, Regulação, Planejamento e Operação do Setor Elétrico (32hs):

Objetivo: conhecer as especificidades da estrutura e governança da política, regulação, planejamento e operação do setor de energia elétrica e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Análise crítica sobre as instituições setoriais e seus papéis: CNPE, MME, ANEEL, ANP, EPE, CCEE, ONS. Desestatização do setor elétrico e reformas setoriais. Segmentação da Indústria de Energia – cadeia de valor e principais características e políticas da: geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Reforma do setor elétrico prevista no PLS 232 e GT Modernização. Regulação setorial: Papel da Agência reguladora: principais atribuições legais e infralegais. Estrutura e Governança da Aneel e de seus processos de fiscalização e regulação. Principais normas e processos da regulação e fiscalização tarifária. Modelos de planejamento (determinativo, indicativo, participativo, integrado, espacial e em condições de incerteza). Matriz Energética Brasileira x Matriz Energética Mundial. O Balanço Energético Nacional, o Plano Decenal de Energia Elétrica e o Plano Nacional de Energia. *Check and balance* (acompanhamento e ajustes do planejamento, operação e mercado do setor energético). Planejamento integrado para os setores elétrico e de gás natural. Planejamento da expansão de oferta de energia, Fontes Renováveis de Energia, Cogeração e Geração Distribuída, Programas de Eficiência Energética. Operação do setor energético (centralizada, com base em mercado, evolução no Brasil e no mundo, os sistemas distribuídos). Operação dos sistemas elétricos; os mercados de energia elétrica, e de combustíveis: a comercialização de energia e os rebatimentos na operação e expansão do sistema. Coordenação hidrotérmica, energia assegurada, custos marginais de expansão e de operação.

Desenhos de Mercado de Energia Elétrica (32hs):

Objetivo: conhecer as especificidades dos desenhos de mercado do setor de energia elétrica

Fundamentos de Microeconomia e Regulação. Especificidades Físicas e Econômicas da Eletricidade e seus Impactos na Comercialização. Estrutura, Princípios, Arquitetura, Desenho e Gerenciamento de Riscos de Mercados de Eletricidade. Economia das Energias Renováveis Variáveis. Resposta da Demanda, Desenho de Tarifas e Eficiência. Estudos Prévios para Abertura de Mercado e Efeitos do Desenho de Mercado na Concorrência. Modelos de comercialização atual do setor elétrico e oportunidade de novas arquiteturas para o futuro: Contratos no Ambiente de Comercialização Regulado (ACR) e no Ambiente de Comercialização Livre (ACL). Teoria de Leilões e os leilões do CCEE. Leilões para compra e venda de energia. O papel dos agentes de comercialização. Instrumentos de gerenciamento de risco. Formação de preços no mercado de curto prazo. Conceitos e precificação de opções de compra e venda de energia e SWAPS. Certificados de Energia Elétrica (que venderá energia no mercado Futuro), o papel da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica, o Mercado Regulado e o Livre, a venda de excedentes, o *Smart Grid* como o maior marco transitório do setor em 60 anos, importação e exportação de Energia, auto-geração, o carro elétrico como grande desenvolvedor do mercado futuro. BRIX. Leilões A-5, A-3 e A-1. Leilões de Ajuste. Troca de contratos. Leilões específicos (Proinfa e Eólicas), Leilões de aproveitamento de potencial hidrelétrico, leilões de transmissão.

Aspectos Jurídicos Aplicados à Regulação do Setor Elétrico (20hs):

Objetivo: conhecer as especificidades jurídicas aplicadas à regulação do setor de energia elétrica e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Natureza jurídica da energia elétrica e suas consequências. Regulação de Energia Elétrica e a Constituição Federal de 1988. Principais aspectos das Leis nº 8.987 e Lei nº 9.074. Questões legais e regulamentos mais importantes sobre o setor. Modalidades de delegação e seus

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

regimes: concessões, permissões e autorizações de serviços e instalações. Contratos: CCEAR e CEAL. Contratos de concessão de distribuição e transmissão de energia elétrica. Outorgas (contratos e outros instrumentos). Repartição de riscos em contratos de outorga de serviços públicos. Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão no Setor Elétrico.

O uso do bem público e do recurso hídrico. Bens Vinculados e Reversibilidade. Licitações de concessão e de compra e venda de energia elétrica. Operações de transferência de controle societário e de outorgas; operações intrasetoriais entre partes relacionadas. ANEEL: poder normativo (RES, REN e REH), fiscalizatório (SFE, SFF e SFG) e sancionador (REN nº 63/2004); controle externo dos atos regulatórios. Segurança Jurídica e racionalização das fontes e normas do setor elétrico. Questões controversas e jurisprudência.

Contabilidade Empresarial e Regulatória e Aspectos Financeiros do Setor Elétrico (16hs):

Objetivo: conhecer as especificidades da contabilidade empresarial e regulatória e aspectos financeiros do setor de energia elétrica e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Princípios, aplicabilidade e regras gerais de contabilidade. Instruções gerais e contábeis do Manual de Contabilidade da Aneel. Plano de contas. Taxas de depreciação. Elaboração e divulgação de informações contábeis e econômico-financeiras. Fundamentos de finanças e economia aplicados a energia elétrica. Análise de demonstrações financeiras. Indicadores Financeiros; Análise dos modelos financeiros; fundamentos da análise financeira; modelagem financeira; regulação econômica; metodologias de precificação de projetos de infraestrutura; consolidação contábil; sistema financeiro: Introdução aos mercados financeiros; produtos financeiros; mercados organizados; funcionamento da bolsa e suas operações especiais; produtos dos mercados financeiros: renda fixa, renda variável e derivativos; gestão das carteiras de investimentos.

Aspectos Tributários do Setor Elétrico (16hs):

Objetivo: conhecer as especificidades tributárias do setor de energia elétrica e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Tributação de Energia no Brasil: os tributos incidentes no setor elétrico: Conceitos Gerais; Espécies tributárias ; Isenção, Não incidência, Diferimento e Benefícios fiscais; Tributação de Energia Elétrica; Aspectos gerais da tributação da geração; Tributos incidentes sobre a geração hidráulica; Tributos incidentes sobre a geração termoelétrica; Tributos incidentes sobre a geração eólica e solar; Aspectos gerais da tributação da comercialização; Aspectos gerais da tributação da transmissão; Aspectos gerais da tributação da distribuição; Incentivos Fiscais e impactos sobre os modelos de negócios.

Políticas Tarifárias (32hs):

Objetivo: conhecer as especificidades da política tarifária do setor de energia elétrica e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Visão geral e composição da tarifa de fornecimento. Processos tarifários. Regras de repasse tarifário das rubricas que compõem a Parcela A e seus drivers de variabilidade. O mecanismo das bandeiras tarifárias. Mecanismos de gerenciamento de riscos de mercado (MVE e MCSD). Regras de repasse tarifário das rubricas que compõem a Parcela B e seus drivers. Como as Parcelas A e B “conversam” com a TE e TUSD. Quem paga TE e quem paga TUSD. Como a TE e a TUSD são cobradas. Micro e minigeração distribuída. O novo modelo proposto para o setor elétrico: intenções e mudanças propostas na legislação. Experiências internacionais.

D - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Transportes)

Aspectos regulatórios no setor rodoviário (18hs):

Objetivo: conhecer as especificidades da regulação do setor rodoviário e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Especificidades do setor e desenhos de mercado mais comuns: natureza do serviço de infraestrutura rodoviária, caracterização como monopólio natural, tipos de usuários e curvas de demanda, discriminação de preços, subsídios cruzados, possibilidades de competição. O setor precisa ser regulado? Por que? Em que aspectos? Regulação de preços, da qualidade, da segurança e do investimento. Modelos regulatórios mais utilizados. Lições da experiência internacional. Tópicos especiais em concessões rodoviárias. Tipos de leilão, mecanismos para remuneração, investimento, qualidade, segurança, alocação de riscos e financiamento. Reequilíbrio econômico-financeiro. Tratamento para receitas acessórias e bens reversíveis não amortizados. Atuação da agência reguladora – ANTT. Mecanismos, práticas e instrumentos usualmente empregados, indicadores de desempenho operacional e financeiro utilizados e contabilidade regulatória. Oportunidades de aprimoramento da atuação da ANTT.

Aspectos regulatórios no setor aeroportuário (18hs):

Objetivo: conhecer as especificidades da regulação do setor aeroportuário e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Especificidades do setor e desenhos de mercado mais comuns. Economia do transporte aéreo. O setor precisa ser regulado? Por que? Em que aspectos? Regulação de preços, da qualidade, da segurança e do investimento. Regulação e concorrência. Possibilidades de exercício de poder de mercado e de adoção de práticas anticompetitivas. Modelos regulatórios mais utilizados. Lições da experiência internacional e a lógica subjacente à recente flexibilização do setor. Tópicos especiais em concessões aeroportuárias. Tipos de leilão, mecanismos para remuneração, investimento, qualidade, segurança, alocação de riscos e financiamento. Reequilíbrio econômico-financeiro. Tratamento para receitas acessórias e bens reversíveis não amortizados. Atuação da agência reguladora – ANAC. Mecanismos, práticas e instrumentos usualmente empregados, indicadores de desempenho operacional e financeiro utilizados e contabilidade regulatória. Oportunidades de aprimoramento da atuação da ANAC.

Aspectos regulatórios no setor ferroviário (27hs):

Objetivo: conhecer as especificidades da regulação do setor ferroviário e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Especificidades do setor e desenhos de mercado mais comuns. Principais modelos de exploração ferroviária. O setor precisa ser regulado? Por que? Em que aspectos? Regulação de preços, da qualidade, da segurança e do investimento. Regulação do acesso. Regulação e concorrência. Possibilidades de exercício de poder de mercado e de adoção de práticas anticompetitivas. Modelos regulatórios mais utilizados. Lições da experiência internacional e principais inovações. Tópicos especiais em concessões ferroviárias. Tipos de leilão, mecanismos para remuneração, investimento, qualidade, segurança, alocação de riscos e financiamento. Reequilíbrio econômico-financeiro. Tratamento para receitas acessórias e bens reversíveis não amortizados. Atuação da agência reguladora – ANTT. Mecanismos, práticas e instrumentos usualmente empregados, indicadores de desempenho operacional e financeiro utilizados e contabilidade regulatória. Oportunidades de aprimoramento da atuação da ANTT. Principais Entraves ao Desenvolvimento do Setor Ferroviário no País.

Aspectos regulatórios no setor aquaviário (27hs):

Objetivo: conhecer as especificidades da regulação do setor aquaviário e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Especificidades do setor. Mercado de Transporte Marítimo, de Serviços Portuários e de Cabotagem. Desenhos de mercado. Configuração concorrencial do transporte marítimo, portuário e de cabotagem. Verticalização de empresas de navegação e terminais portuários. Prestação de serviços de carga e descarga, movimentação e armazenagem. Terminais portuários públicos e privados. O setor precisa ser regulado? Por que? Em que aspectos? Regulação de preços, da qualidade, da segurança e do investimento. Regulação e concorrência. Possibilidades de exercício de poder de mercado e de adoção de práticas anticompetitivas. Modelos regulatórios mais utilizados. Lições da experiência internacional. Tópicos especiais em concessões de portos e terminais portuários. Tipos de leilão, mecanismos para remuneração, investimento, qualidade, segurança, alocação de riscos e financiamento. Reequilíbrio econômico-financeiro. Tratamento para receitas acessórias e bens reversíveis não amortizados. Atuação da agência reguladora – ANTAQ. Mecanismos, práticas e instrumentos usualmente empregados. Prevenção e combate a condutas abusivas ou discriminatórias, relação com o CADE. Indicadores de Desempenho Operacional e Financeiro da Operação Portuária. Contabilidade regulatória. Oportunidades de aprimoramento da atuação da ANTAQ. Principais Entraves ao Desenvolvimento do Setor Aquaviário no País.

Aspectos de balanços contábeis e avaliação de empresas para o setor de transporte (15hs):

Objetivo: conhecer as especificidades de balanços contábeis e avaliação de empresas para o setor de transporte e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Avaliação da saúde financeira da empresa, do desempenho e do grau de uso de capital próprio. Relação com partes relacionadas, possibilidades de lançamento de despesas e investimentos não realizados efetivamente. Impactos de questões tributárias. Lançamentos contábeis de custo; pontos de destaque na análise das demonstrações contábeis para fins do acompanhamento da fase de execução das concessões. Uso das informações contábeis na análise das vendas das participações acionárias da Infraero e da indenização de ativos ou de investimentos não amortizados, no caso de relicitações, riscos associados e possibilidades de manipulação das informações e lançamentos.

Particularidades da análise do EVTEA no setor de transportes (15hs):

Objetivo: conhecer as particularidades da análise do EVTEA no setor de transportes e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Análise de fluxos financeiros, modelagem econômica, estudos de mercado e de engenharia específicos para os setores rodoviário, aeroportuário, ferroviário e aquaviário. Metodologias empregadas para realização dos estudos de mercado e de engenharia, benchmarks utilizados, custos ótimos estimados. Estudo de caso.

Aspectos gerais de Intermodalidade/Logística de Transporte/Corredores Logísticos (12hs):

Objetivo: conhecer os aspectos gerais de Intermodalidade, Logística de Transporte e Corredores Logísticos.

Transporte Multimodal e Intermodalidade. Logística no transporte de cargas. Corredores Logísticos Multimodais: lições da experiência internacional, situação atual no país, ações em curso e a serem adotadas, entraves a serem superados. Planejamento Integrado da Matriz de Transportes.

E - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Infraestrutura urbana)

Aspectos regulatórios em Recursos Hídricos (30hs):

Objetivo: conhecer as especificidades regulatórias em Recursos Hídricos e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Panorama da governança e regulação dos recursos hídricos no Brasil. Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos. Instrumentos econômicos da gestão das águas. Planos de Recursos Hídricos. Integração da PNRH com outras políticas setoriais. Engenharia dos Recursos Hídricos: Planejamento e estruturação de projetos de infraestrutura hídrica.

Tópicos especiais sobre desastres naturais e gestão de riscos (21hs):

Objetivo: conhecer as especificidades relacionadas ao tema desastres naturais e gestão de riscos e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Conceitos Básicos e Terminologia. Classificação de Desastres. Desastres Naturais no Brasil e no Mundo. Banco de dados de desastres. Monitoramento dos desastres. Modelagem de desastres. Quantificação do risco. Políticas e legislação. Marco de Ação de Hyogo. Sistema de Proteção Civil. Planejamento territorial e gestão de risco e desastres naturais: uso e ocupação do solo em áreas de risco; planos diretores e gestão de risco; infraestruturas urbanas em áreas de risco; gestão territorial em áreas de fragilidade socioambiental.

Aspectos regulatórios em saneamento básico (30hs):

Objetivo: conhecer as especificidades regulatórias em saneamento e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Novo marco legal. Estruturas de Mercado. O negócio saneamento. Modelos Regulatórios. Compromissos internacionais dos quais o Brasil é signatário em relação ao Saneamento Básico. Diagnóstico do Setor de Saneamento no Brasil e principais problemas enfrentados rumo à universalização dos serviços. Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab. Noções de Contabilidade Regulatória na área de saneamento básico.

Tópicos especiais em Desenvolvimento urbano e habitação social (30hs):

Objetivo: conhecer as especificidades relacionadas ao tema Desenvolvimento urbano e habitação social e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Noções gerais de Regulação Urbanística: Regulação urbanística no Brasil e América Latina – origens. Estratégias de regulação, origens e formas de transmissão dos princípios do zoneamento e do controle do parcelamento do solo. Regulação urbanística, planejamento urbano e mercados formais e informais. Relação entre regulação e estruturação de mercados fundiários e imobiliários, incidência da regulação sobre o preço da terra e imóveis, tanto nos mercados formais como informais. Flexibilização, desregulamentação e novos instrumentos urbanísticos – Processos de flexibilização do modelo zonal. Agendas em torno da reforma urbana, centradas em torno da noção de direito à moradia e à cidade, e sua expressão em instrumentos de controle do uso e ocupação do solo. Políticas de titulação e regularização fundiária. Estado, regulação urbanística e construção da esfera pública – perspectivas e inovações. Benchmarking internacional. Políticas públicas habitacionais: Políticas públicas habitacionais no mundo atual. Habitação como direito do cidadão e responsabilidade do estado. A evolução da política habitacional brasileira. Processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana. Necessidades habitacionais no Brasil – habitação e programas sociais. Plano nacional de habitação. O financiamento na política habitacional. Indicadores para o planejamento e avaliação das políticas habitacionais e urbanas. Programas habitacionais – formas de intervenção e legislação aplicável. benchmarking internacionais.

Tópicos especiais em Mobilidade urbana (24hs):

Objetivo: conhecer as especificidades relacionadas ao tema mobilidade urbana e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Mobilidade urbana: Evolução histórica. Conceito de mobilidade. Oportunidades e desafios. Acessibilidade. Transporte sustentável. Equidade no uso do espaço público. Políticas públicas de mobilidade urbana sustentável. Formulação e gerenciamento. Avaliação de impactos das políticas públicas relacionadas ao tema de mobilidade urbana. Indicadores de mobilidade urbana (comparar os principais indicadores no Brasil com bons exemplos internacionais e compatíveis). O uso de dados para o planejamento em mobilidade inteligente. Benchmarking internacional. O uso da cidade por diferentes grupos e classes sociais: Caracterização da circulação viária. Sistema Viário. A cidade dos pedestres. A cidade das bicicletas. A cidade dos veículos: os automóveis; as motocicletas. Sistemas de transportes coletivos urbanos: Ônibus; Metrô; Trem suburbano; Trólebus; Outros sistemas. Benchmarking internacional. Transporte público urbano. Política Nacional de Mobilidade Urbana. Serviço de transporte público urbano. Planejamento do transporte urbano: Características da demanda e déficits de locomoção; Dimensionamento de linhas e frotas; Segurança viária; Infraestrutura viária; Planejamento urbano e ambiental; Coordenação dos entes acerca dos sistemas de transporte público nas regiões metropolitanas. Fatores caracterizadores de qualidade no transporte público urbano. Eficiência do transporte público urbano: Sistemas integrados de transporte; Terminais de integração; Sistema tarifário. Inovação do transporte urbano: Bus Rapid Transit – BRT; Veículo Leve sobre Trilhos – VLT; Outros sistemas de transporte público urbano. Planejamento das cidades e sua integração com a implantação da infraestrutura dos sistemas de mobilidade urbana observando as diretrizes da PNMU. Exemplos de bons planos municipais de mobilidade urbana.

F - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Telecomunicações)

Gestão de Espectro de Frequência (18hs):

Objetivo: conhecer as especificidades da gestão de Espectro de Frequência e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Base Legal e Regulatória para Gestão do espectro. Fundamentos da engenharia de espectro. Princípios de um gerenciamento de espectro efetivo. Padronização e Harmonização (Nacional e Internacional). Alocação, designação e licenciamento de espectro. Escolhas regulatórias para gestão de espectro. Monitoramento de espectro. Alocação primária X secundária. Espectro Licenciado X Não Licenciado. Uso eficiente do espectro. Precificação do espectro. Modelos de leilões de espectro e autorização de espectro. Técnicas de Compartilhamento de espectro (RAN Sharing, DSS e outros). Novas bandas de frequência. Novas tecnologias de gestão de frequências (Acesso oportunístico, radio cognitivo, novas tecnologias de rádio, acesso dinâmico de espectro, espectros escondidos, White space). Mercado Secundário. Análise Econômica e de Mercado na Gestão de Espectro. Espectro como barreira de entrada. Impacto econômico social da Regulação de espectro: competição e proteção ao usuário. Limites para o espectro.

Aspectos técnicos e regulatórios sobre Internet (14hs):

Objetivo: conhecer as especificidades dos aspectos técnicos e regulatórios sobre Internet e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

Governança da Internet: Histórico. O CGI.br. O ecossistema da governança global da internet. A governança da internet no Brasil. Decálogo de princípios da Internet. Fundamento Técnicos: Como funciona a internet Arquitetura da Internet. A Internet e as redes de telecomunicações (convergência?). Pontos de Troca de Tráfego. A governança dos recursos críticos da internet. Segurança da Informação. Cadeia de Valor do provimento de acesso à internet. Legislação e Regulação: Legislação e Jurisprudência no Brasil: histórico e panorama atual Marco Civil da Internet. Internet e jurisdição. Internet e Regulação. Neutralidade de Rede. Regulação das Plataformas Digitais. Benchmarking, decisões e embasamentos de outros países. Economia do Compartilhamento e Novos Modelos de Negócio (OTT). Proteção de dados: Proteção de dados e privacidade. LGPD e impactos no setor de telecomunicações. Atribuições e atuação prevista da Autoridade de proteção de dados X atribuições e atuação da Anatel. Segurança Cibernética.

Tópicos Especiais em Telecomunicações (16hs):

Objetivo: conhecer as especificidades sobre a tecnologia 5G e a internet das coisas e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Conceitos Gerais da Tecnologia 5G. Arquitetura de rede (core e radio/acesso) e ecossistema do 5G. Descrição das principais operações comerciais 5G descrevendo suas características técnicas e comerciais. Requisitos de infraestrutura para redes 5G. Tipos de implantação da rede 5G (evolução das redes 4G para 5G ou redes puras). Necessidade de espectro e Implementação de 5G em frequências existentes. Novas abordagens regulatórias e de políticas públicas necessárias para o 5G. As novas tecnologias das redes 5G (bandas de frequência, network slicing, small cells, mimo, ondas milimétricas, interação com wifi). Licitações de espectro de 5G realizadas globalmente. Principais desafios de implementação do 5G no Brasil. Aplicações 5G (FWA, IOT, B2B, Enhanced Mobile). Novos modelos de negócios para as operadoras. Monetização das redes 5G. Mercados verticais novos players. Conceitos Gerais da IOT. Ecossistema IOT. Arquitetura de rede e infraestrutura necessária para o IOT. Padronização. 5G e o Papel da IOT. Modelos de Negócios. Aplicações IOT (aspectos técnicos e comerciais). Principais Verticais e Horizontais. Aspectos regulatórios e de políticas Públicas. Redes Públicas X redes Privadas. Pontos de atenção nas redes IOT (privacidade, gerenciamento de tráfego, segurança).

Aspectos técnicos e regulatórios sobre Radiodifusão (6hs):

Objetivo: conhecer as especificidades dos aspectos regulatórios sobre radiodifusão e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Governança do Setor no Brasil. Legislação e Regulamentação. Regulação da Radiodifusão. Políticas Públicas de Radiodifusão. Processo de Outorga. Penetração atual dos serviços de radiodifusão. Mercado de Radiodifusão. Cenário Comercial e Práticas do Mercado de Radiodifusão - Fontes de Receita. Tipos de Rádio e TV: Comercial, TV Educativas, RTV, Rádios Comunitárias. Novas Tecnologias em radiodifusão: TV DIGITAL Interativa, Novos Padrões, Rádio Digital. Importância da Radiodifusão no novo cenário de pluralidade de mídias de informação. Competição com serviços de streaming e TV Por assinatura.

Competição em Telecomunicações (12hs):

Objetivo: conhecer as especificidades da competição em Telecomunicações e suas implicações para o controle externo do processo regulatório.

Aspectos Regulatórios da Competição. Legislação e base Regulatória. Remédios regulatórios. Identificação do Poder Dominante de Mercado. Plano Geral de Metas de Competição. Análise de precificação de ofertas. Competição entre Serviços regulados X não regulados. Separação estrutural. Redes Únicas e compartilhadas. Tipos de ações anti-competitivas em telecom.

Mitigação da assimetria de informação. Atuação ex-ante vs ex-post. Abuso de poder de mercado. Barreiras de entrada (espectro). Análise de fusões e aquisições do ponto de vista de competição regulatória. Benchmarking da regulação da competição em telecom em outros países.

G - Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Mineração)

Aspectos gerais da mineração no Brasil e no mundo (12hs):

Objetivo: Conhecer e entender a importância da mineração no Brasil e no mundo e identificar boas práticas

Participação da mineração na economia e a importância para a cadeia produtiva do Brasil e mundial: potencial da exploração mineral do Brasil em relação ao mundo. A estruturação do processo minerário no Brasil: os regimes minerários, os trâmites processuais e as etapas do processo outorga de lavra. Conhecimento Geológico: nível de maturidade do conhecimento geológico do Brasil em relação a outras potências mundiais. Diretrizes e ações governamentais. Benchmarking Regulatório: instituições de referência, estratégias regulatórias no mundo e principais atribuições dos órgãos reguladores.

Política pública do setor de mineração no Brasil (12hs):

Objetivo: Identificar diretrizes, estratégias e políticas públicas do setor de Mineração.

O Plano Nacional de Mineração - PNM e o Plano de Mineração e Desenvolvimento. Dimensões de desenvolvimento econômico e social de longo prazo e ligação com as políticas setoriais. Garantias do desenvolvimento sustentável da mineração e a proteção de áreas ambientais e terras indígenas. Combate à ilegalidade. Políticas estratégicas para garantir a competitividade do setor: investimentos em infraestrutura, desburocratização, estratégias regulatórias, pequena e média mineração, manutenção do minerador no mercado. Ações interinstitucionais e ações interministeriais voltadas para a mineração. Política pública para minerais considerados estratégicos: Brasil e mundo.

Aspectos legais e regulatórios do setor de mineração (21hs):

Objetivo: Conhecer e discutir aspectos gerais da regulação do setor no Brasil e temas específicos da legislação e regulação do setor quanto a Pesquisa Mineral, o processo de outorga, ocupação do solo, CFEM, sanções legais, fiscalização de barragens de rejeito, legislação mineral em águas profundas, identificar necessidades de melhorias e comparar com a ação regulatória de outros países de referência.

Aspectos gerais da regulação a cargo da ANM: alterações nas atribuições e competências advindas da criação da Agência; evolução e necessidades de melhorias do ambiente regulatório, governança, gestão: regulação responsiva e desregulamentação. Pesquisa Mineral, aspectos gerais e impactos no desenvolvimento do setor: etapas da pesquisa mineral, os padrões reconhecidos para aprovação e avaliação do grau de maturidade da pesquisa mineral e os riscos associados. Parâmetros de análise e de aprovação dos relatórios finais de pesquisa mineral pela ANM em comparação a outras instituições internacionais de referência mundial no setor de mineração. Principais tipos de investidores em pesquisa mineral. Processo de outorga de títulos minerários: Direito de Prioridade, análise do plano de aproveitamento econômico e comparativo com a realidade regulatória de outros países de referência. Principais entraves para a exploração de bens minerais considerando os regimes de aproveitamento. Restrições à atividade de

mineração: unidades de conservação ambiental, faixa de fronteira, áreas de assentamento e terras Indígenas. Compensação pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM): Lei nº 13.540/2017 e avanços legais e regulatórios. Instrumentos de combate à sonegação no Brasil e em outros países de referência. Sanções e instrumentos alternativos: sanções legais e outros instrumentos previstos pela legislação e comparação com a atuação de outros órgãos reguladores de referência. Barragens de rejeito: métodos construtivos, legislação específica, método de fiscalização da ANM e comparativo internacional, discussão dos casos de Mariana e Brumadinho. Áreas de interesse mineral incorporadas na extensão da plataforma continental brasileira (mineração em águas profundas): legislação e desafios.

Aspectos socioambientais do setor mineral (12hs):

Objetivo: conhecer os aspectos socioambientais inerentes ao setor mineral no Brasil e identificar o campo de atuação de cada órgão estatal.

A atuação da ANM na análise dos aspectos socioambientais: divisão de competências entre a ANM e os órgãos ambientais, legislação prevista para cada tipo de regime de aproveitamento, articulação entre os órgãos ambientais e comparação com a atuação de órgãos reguladores de outros países em relação às análises ambientais e segurança dos empreendimentos minerais. Fechamento de Mina e Passivos Ambientais Mineral: Legislação, divisão de competências e benchmarking internacional.

Gestão da informação na mineração (9hs):

Objetivo: Conhecer a gestão da informação do setor de mineração no Brasil

Sistemas relativos à gestão dos processos minerais (ANM) e à gestão das informações sobre dados geológicos (CPRM), possíveis dados a serem extraídos, necessidade de sigilo das informações industriais. Assimetria de informação no setor e confiabilidade dos dados.

4. AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

4.1 Sistemas de avaliação

	1	2	3	4	5
Etapa do Ciclo de Avaliação	Levantamento do perfil acadêmico e das expectativas em relação à ação educacional.	Avaliação da disciplina pelo discente e ao docente ao término das aulas.	Avaliação da infraestrutura na metade do período de aulas e Avaliação de término de curso ao final de todas as disciplinas.	Avaliação da atividade de orientação pelo discente e pelo docente.	Avaliação do egresso um ano após o término do curso.
Instrumentos	Ficha de inscrição/Dados Complementares	Avaliação da disciplina pelo docente. Avaliação da disciplina pelo discente.	Avaliação da infraestrutura pelo discente. Avaliação de término de curso pelo discente.	Avaliação da atividade de orientação pelo docente. Avaliação da atividade de orientação pelo discente.	Avaliação de egresso pelo chefe imediato.

4.2 Avaliação do aluno

4.2.1 Frequência mínima

A frequência mínima exigida para a aprovação é de 50% de presença por disciplina e de 75% do total de disciplinas. No caso das disciplinas em formato a distância, a frequência será calculada com base no percentual de execução das atividades propostas.

4.2.2 Avaliação por disciplina

O aproveitamento acadêmico poderá ser medido por meio de atividades a distância, provas, trabalhos e participação, individual ou em grupo. O rendimento será aferido por disciplina, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Será considerado aprovado o aluno que alcançar rendimento acadêmico mínimo igual ou superior a 6 (seis).

4.2.3 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Ao final das disciplinas, o discente deverá apresentar um trabalho de conclusão de curso no formato de monografia ou 2 artigos publicados em Congressos ou 1 artigo aceito para publicação em revista científica. O TCC deverá ser elaborado na forma de pesquisa individual, desenvolvida a partir de um problema determinado, explicitando as ações a serem executadas ao longo do processo de pesquisa. O aluno terá o prazo de 120 dias para elaboração e entrega do TCC. O TCC observará as normas de padronização editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como o modelo fornecido pelo Instituto Serzedello Corrêa.

Para orientar a elaboração do TCC será designado um professor orientador (Apêndice III). A avaliação do TCC será realizada por banca constituída por, pelo menos, dois professores, sendo um deles o orientador. É necessário que um dos membros da banca tenha, no mínimo, título de mestre, e o outro certificado de especialista em áreas correlatas ao tema escolhido pelo aluno.

Os alunos receberão da banca examinadora as menções “aprovado”, “aprovado com restrições”, ou “não aprovado”. Será considerado “aprovado” o aluno que receber essa menção de todos os membros da banca. Será considerado “aprovado com restrições” o aluno que receber essa menção de pelo menos um dos membros da banca. Será considerado “não aprovado” o aluno que receber esse conceito de todos os membros da banca.

No caso de aprovação com restrições, as modificações sugeridas deverão ser efetuadas pelo aluno no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e apresentadas ao orientador, que atestará a validade das modificações realizadas, a fim de que possa ser considerado aprovado em caráter definitivo.

A elaboração e defesa do TCC estão previstas para o período de setembro a novembro de 2022. A defesa poderá ocorrer de forma presencial ou telepresencial.

Os alunos deverão enviar ao ISC (isc_secretaria@tcu.gov.br) exemplar do TCC para compor o acervo da biblioteca digital do TCU, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da manifestação da Banca Examinadora. Os trabalhos poderão ser publicados em série monográfica. Os artigos poderão também ser submetidos para avaliação e publicação na Revista do TCU.

4.2.4 Aproveitamento de créditos

Poderá haver aproveitamento dos créditos de disciplinas com ementas compatíveis já cursadas pelo aluno, a critério do coordenador do curso.

4.2.5 Pesquisa e extensão

Com vistas ao fomento à atividade de pesquisa, será incentivada e avaliada a participação dos alunos nos grupos de pesquisa relacionados às linhas temáticas do curso, no âmbito do Programa de Pesquisa do ISC, como regulação e desestatização; infraestrutura e obras públicas, com a produção de artigos e textos para discussão. Poderão ainda ser realizadas atividades de extensão optativas, como a participação em eventos sobre o tema.

O Programa de Pesquisa do ISC tem por finalidade ampliar o debate de temas de relevância para o TCU e para a Administração Pública, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências. O ISC conta também com o Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública (Cecap). O centro é um órgão colegiado de natureza consultiva e caráter permanente criado para auxiliar o Tribunal na produção e disseminação de conhecimentos relevantes à atuação do controle externo; sugerir ações institucionais para o aperfeiçoamento do sistema de controle e da Administração Pública; e promover ações de cooperação, estudo e pesquisa, entre outras competências.

4.3 Avaliação do curso

Ao fim de cada disciplina, os discentes e docentes serão convidados a avaliar aspectos pedagógicos e institucionais da oferta, viabilizando uma análise diagnóstica durante o processo de implementação do referido Projeto Pedagógico do Curso. Docentes e discentes irão receber, por e-mail e pelo ambiente virtual, o link para responder ao questionário, e o prazo será de quatro dias para resposta.

4.4 Certificação

Ao discente que obedecer às exigências do curso e atender aos critérios de aprovação, a saber, nota mínima de 6 (seis) por disciplina, frequência mínima de 50% por disciplina e 75% no conjunto de disciplinas, e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), será conferido o grau de especialização e o título de **Especialista em Controle da Regulação** com ênfase em um dos setores de infraestrutura escolhido pelo aluno.

5. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

5.1 Comissão de coordenação

O curso será regido por regulamento próprio e será coordenado por **Comissão de Coordenação**, composta pelos coordenadores acadêmicos, pedagógicos e executivos do curso, de acordo com o determinado na Portaria-ISC nº 24, de 10 de dezembro de 2019, que aprova o Regulamento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Tribunal de Contas da União.

As competências da Comissão serão estabelecidas no regulamento, a quem caberá, entre outras atribuições, a avaliação e a aprovação de propostas de mudança no projeto pedagógico do curso; o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades do curso; a seleção de docentes, conteudistas e tutores, bem como a supervisão de sua atuação.

Cabe à **Comissão de Coordenação** as decisões sobre questões administrativas e disciplinares do curso, bem como a realização de alterações no presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC), no calendário e nas atividades previstas, quando necessário.

5.2 Corpo docente

O corpo docente do curso de **Especialização em Controle da Regulação** será constituído de professores externos (preferencialmente Mestres e Doutores) e servidores pertencentes ao quadro do TCU, que possuem formação compatível, experiência pedagógica e conhecimento profissional na área do curso. O corpo de professores, além da atividade docente, orienta trabalhos de conclusão de curso.

O corpo docente será selecionado por meio de processo de chamamento a ser divulgado pelo ISC e posterior análise curricular pela Comissão de Coordenação, com foco nos perfis mais qualificados e aderentes ao projeto do curso. Cada orientador poderá assumir, simultaneamente, um número máximo de duas orientações.

6. RECURSOS TECNOLÓGICOS E DIDÁTICOS

6.1 Infraestrutura

O curso será ofertado na modalidade híbrida, sendo preferencialmente a distância - em modo telepresencial – síncrono, na plataforma MS Teams ou outra indicada pelo ISC; e em ambiente virtual de aprendizagem- assíncrono, na plataforma Moodle ou outra indicada pelo ISC. As aulas telepresenciais serão gravadas. Poderão eventualmente ocorrer encontros presenciais no decorrer do curso, informadas com antecedência pela coordenação. Para os alunos lotados fora do DF, selecionados por edital, ou autorizados pela Comissão de Coordenação, as aulas poderão ser acompanhadas de modo telepresencial.

Para facilitar a interação entre alunos, professores e coordenação, os alunos serão inscritos em uma comunidade virtual de aprendizagem, que receberá o nome do curso. Essa comunidade é parte da plataforma de ensino a distância do ISC (Moodle).

A estrutura do ISC também comporta um sistema para registro e acompanhamento dos cursos (ISCnet). Neste sistema serão lançadas as informações do curso e das disciplinas, as matrículas, as notas de cada disciplina, a frequência dos discentes e a avaliação do TCC. O sistema permite a emissão do certificado de curso, com os elementos necessários para sua validade, segundo a Resolução CNE/CES nº 1, de 6/4/2018.

6.2 Acervo bibliográfico

A bibliografia básica do curso está indicada no Apêndice I –Bibliografias e é constituída de material digital ou de livros e/ou periódicos oportunamente adquiridos e disponibilizados pelas Bibliotecas do Tribunal de Contas da União, para acesso aos alunos do curso, ou ainda

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

disponibilizados na comunidade virtual de aprendizagem quando se tratar de conteúdo digital de livre divulgação.

Cada disciplina do curso contará também outras fontes bibliográficas que poderão ser indicadas no decorrer das aulas pelos docentes das disciplinas como leituras básicas ou complementares. Essa bibliografia adicional será constituída preferencialmente de material digital, a ser disponibilizado na comunidade virtual de aprendizagem, sendo evitada a reprodução física do material de leitura por respeito a princípios de sustentabilidade e economia de recursos naturais. Todo material disponibilizado deverá obedecer à legislação de direitos autorais. Livros e/ou periódicos de conteúdo integral que compõem a bibliografia complementar das disciplinas também poderão ser indicados e eventualmente adquiridos pela Biblioteca quando indicados previamente pelos docentes.

APÊNDICE I – BIBLIOGRAFIAS

ADELLE, C.; WEILAND, S.; DICK, J.; GONZÁLEZ OLIVO, D.; MARQUARDT, J; ROTS, G.; WÜBBEKE, J. ZASADA, I. Regulatory Impact Assessment: a survey of selected and emerging economies. Discussion Paper. Project of Linking Impact Assessment Instruments to Sustainability Expertise – LIAISE, 2014.

Alston, L., M.A. Melo, B. Mueller and C. Pereira. 2013. “Changing Social Contracts: Beliefs and Dissipative Inclusion in Brazil,” *Journal of Comparative Economics*, 41(1) (also published as an NBER Working Paper No. 18588).

ARAUJO, Luísa e RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 83, 2017, pp. 11-35. DOI:10.7458/SPP2017839969.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços - Um Enfoque Econômico-Financeiro - 11ª Ed. 2015. Atlas.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas da ABNT para documentação. Rio de Janeiro: 1989.

AZEVEDO, Paulo Furquim de; FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio; MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque. As inter-relações entre o processo administrativo e o judicial, sob a perspectiva da segurança jurídica do plano da concorrência econômica e da eficácia da regulação pública. São Paulo: USP, 2011. Relatório da pesquisa. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisasjudiciarias/Publicacoes/relat_pesquisa_usp_edital1_2009.pdf. Acesso em: 31 ago. 2018.

BALDWIN, Robert & CAVE, Martin. Understanding regulation – theory, strategy and practice. Oxford University Press, 1999. Caps. 2 e 3. DUDLEY, Susan E. & BRITO, Jerry. Regulation: a primer. 2nd ed. Mercatus Center, George Mason University and The George Washington University Regulatory Studies Center. Washington – DC. 2012. Caps. 1, 2 e 6. Disponível em https://www.mercatus.org/system/files/RegulatoryPrimer_DudleyBrito_0.pdf

BALDWIN, Robert & CAVE, Martin. Understanding regulation – theory, strategy and practice. Oxford University Press, 1999. Cap. 4.

BARCELLOS, Ana Paula de A eficácia jurídica dos princípios constitucionais – o princípio da dignidade da pessoa humana. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BARCELLOS, Ana Paula de. Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BARROS, Aidil de J. P. LEHFELD, Neide aparecida de S. Projeto de pesquisa,- propostas metodológicas. Petropolis: Vozes,1990.

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Disponível em: . Acesso em: 2010.

BECKER, Fernando, FARINHA, Sérgio. ACHEID, Urbano. Apresentação de trabalhos escolares. Porto Alegre: Prodil, 1986. BERVIAN, Pedro Alcino.

BIGNAMI, Francesca; ZARING, David. Comparative Law and Regulation. Edward Elgar Publishing, 2016.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

BINENBJOM, Gustavo. Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: um novo paradigma para o Direito Administrativo. R. Dir. Adm., Rio de Janeiro, 239:1-31, jan/mar 2005.

BRASIL. Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil. Diretrizes gerais e guia orientativo para elaboração de Análise de Impacto Regulatório – AIR. Brasília: Presidência da República, 2018. 97 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2008). O modelo estrutural de gerência pública. Revista de Administração Pública, 42(2), 391-410. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000200009>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2010). Democracia, estado social e reforma gerencial. Revista de Administração de Empresas, 50(1), 112-116. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902010000100009>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. PRINCÍPIOS PRÁTICOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ONU/CEPA, 2005.

BUCCI, Maria Paula Dallari (org) Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2013

BUCCI, Maria Paula Dallari (org) Políticas Públicas – reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Dimensões do ativismo judicial do STF. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta & MARQUES, Eduardo (org). Políticas públicas no Brasil. Editora FIOCRUZ, 2007, 398 p.

CARDOSO DA SILVA, Thiago Henrique. Re-regulação no mercado de aviação civil: necessária ou não? III Prêmio SEAE. Brasília - DF, 2008.

CASAGRANDE, Cássio. Ministério Público, Ação Civil Pública e a judicialização da política. B. Cient. ESMPU, Brasília, a. I – n. 3, p. 21-34, abr/jun 2002.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica- para uso de estudantes universitários. 3 Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. CERVO, Amado Luiz e

BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica, 6a. edição, McGraw-Hill, S. Paulo, 1999, 210 pags.

CHALMERS, Alan Francis. O Que É Ciência Afinal!, Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1993 (230 pags.)

COSTA VEIGA, Ana L.B. e CRUZ, Márcio A.- Fundamentos de Finanças-Volume 1 e Volume 2 . CECIERJ https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm_source=fundamentos-de-financasYcQf989

COSTA, Alexandre Araújo. Judiciário e interpretação: entre Direito e Política. Pensar, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 9-45, jan/abr 2013.

Cunha, B. Q. “Antagonismo, modernismo e inércia: a política regulatória brasileira em três atos”. Cadernos EBAPE.BR, Fundação Getúlio Vargas (FGV), v. 14, n. Edição Especial, p. 473–485, 2016.

- Cunha, B. Q. “As Agências Reguladoras e Seu Hibridismo Burocrático”, no prelo, 2018
- Cunha, B. Q. “Os ‘Regulocratas’: características corporativas e implicações sistêmicas do funcionamento da burocracia das agências reguladoras no Brasil”. Texto para Discussão (TD) Ipea, n. 2311, 2017. (principalmente seção 3, pgs. 12 a 18)
- Cunha, B. Q. e Karam, R. A. S., 2017. “Regulação Estatal no Brasil Contemporâneo”. Boletim de Análise Política-Institucional (BAPI). Ipea, 12, 61–66, 2017.
- CUNHA, Bruno Queiroz. Os Regulocratas: características corporativas e implicações sistêmicas do funcionamento da burocracia das agências reguladoras no Brasil. TD 2311. IPEA, Rio de Janeiro, junho de 2017.
- DAMODARAN, Aswath. Finanças Corporativas – teoria e prática. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- De FRANCESCO, Fabrizio. Diffusion of Regulatory Impact Analysis Among OECD and EU Member States. Comparative Political Studies, 2012, v. 45: 1277, February 2012.
- DE MASI, Domenico. A Emoção e a Regra, UnB, Brasília, 1999, 419 pags.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1981.
- DUBASH, Navroz; MORGAN, Brown. The Rise of the Regulatory State of the South: Infrastructure and Development in Emerging Economics. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- DUDLEY, Susan E. & BRITO, Jerry. Regulation: a primer. 2nd ed. Mercatus Center, George Mason University and The George Washington University Regulatory Studies Center. Washington – DC. 2012. Cap. 4. Disponível em https://www.mercatus.org/system/files/RegulatoryPrimer_DudleyBrito_0.pdf
- EISENHARDT, Kathleen M. Teoria da Agência: Uma Avaliação e Revisão. RGC, São Paulo, v. 2, n.1, art. esp, pp. 1-36, abr. 2015
- EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. São Paulo: Atlas, 2011.
- FARIA, Carlos A. P. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, n. 59, outubro de 2005, pp. 97-109.
- FGV. Direito econômico regulatório, vol. 1. Fundamentos Jurídicos da Regulação Econômica (cap. 3). Rio de Janeiro : Editora FGV, 2008. 184p.
- Fiani, R. “O Enfoque Moderno das Instituições: estruturas de Governança”, in: Ronaldo Fiani, Cooperação e conflito: Instituições e Desenvolvimento Econômico. Elsevier, Rio de Janeiro, Cap. 4, 2011.
- FIELD, Barry C. e FIELD, Marta K. Introdução à Economia do Meio Ambiente. São Paulo e Porto Alegre: McGraw-Hill, Primeira Edição em português, 2014, 394 p.
- FIESP. Relatório Burocracia: custos econômicos e propostas de combate Equipe Técnica. FIESP: São Paulo, Junho de 2010, 41 p.
- Finanças Empresariais/ Fae Business School. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002. 88p. (Coleção Gestão Empresarial) <https://www.passeidireto.com/arquivo/16509526/financas-empresariais-fae-businessschool>

- FLEURIET, M. et al. O modelo Fleuriet: A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras. RJ: Campus, 2003.
- FLORENCIO, Pedro de Abreu e Lima. Supreme Court Decisions with regard to the Brazilian Oil Sector and their Influence on Energy Policy. *International Energy Law Review*, Issue 1, 2013. pp. 18 a 25.
- Flyvbjerg, B. (2007) Policy and planning for large-infrastructure projects: Problems, causes, cures. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, 34(4), 578–597.
- FORGIONI, Paula A. Os fundamentos do antitruste. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998. Caps. 1, 3, 4, 6 e 8.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas* nº 21 – jun 2000.
- GAETANI, Francisco & ALBUQUERQUE, Kélvia. Análise de impacto regulatório e melhoria regulatória. In: RAMALHO, Pedro Ivo Sebba (Org.). *Regulação e Agências Reguladoras: Governança e Análise de Impacto Regulatório*. Brasília: Anvisa/Casa Civil da Presidência da República, 2009. p. 189-96.
- GALLIANO, A. Guilherme. O método científico. São Paulo: Habra, 1979.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3 ed. São Paulo. Atlas. 1995. 159p.
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4 ed. São Paulo. Atlas. 1995. 159p.
- GOMES, Marcelo Barros. Accountability e Governança no Estado Regulador Brasileiro. In PECL, Alketa (org.). *Regulação no Brasil: desenho, governança, avaliação*. Atlas: São Paulo, 2007, p. 179-204.
- GUERRA, Sérgio. Agências reguladoras e a supervisão ministerial. Jan 2005. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0047333.pdf>. Acesso em set. 2015.
- KOCHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica. Porto Alegre: Vozes, 1984.
- Koop, C., Lodge, M. “Exploring the co-ordination of economic regulation.” *Journal of European Public Policy*, v. 21, 1311–1329, 2014.
- LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 3 ed. rev. ampl. São Paulo. Atlas. 1995. 214 p.
- Levy, B. and Spiller, P.T. 1994. The Institutional Foundations of Regulatory Commitment: A Comparative Analysis of Telecommunications Regulation. *Journal of Law, Economics, & Organization*. Vol. 10, No. 2 (Oct., 1994), pp. 201-246.
- Lodge, M., Van Stolk, C, Batistella-Machado, J, Hafner, M., Schweppenstedde, D., Stepanek, M. “Regulação da Infraestrutura Logística no Brasil”, CARR/LSE e RAND, Relatório de Pesquisa, 2017.
- Lotta, G. e Favareto, A. “Os Arranjos Institucionais dos Investimentos de Infraestrutura no Brasil: uma análise sobre seis grandes projetos do Programa de Aceleração do Crescimento”. Texto para Discussão (TD) Ipea n. 2253, 2016. (apenas seção 3, pgs. 16 a 20)

LUZ, A.A. et alii. Manual da metodologia científica: uma introdução à metodologia científica. Curitiba, 1987

MANTZARI, Despoina. Economic Evidence in Regulatory Disputes: Revisiting the court-regulatory agency relationship in the US and in the UK. *Oxford Journal of Legal Studies*, 35 (3), 565-594, 2016.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo et alii. Reputação Institucional e o Controle das Agências Reguladoras pelo Tribunal de Contas da União. USP: São Paulo, 2016, 22 p.

MARTINS, Eduardo. Manual de Redação e Estilo, 3ª. Edição, O Estado de São Paulo, 1997 351 pags.

MARTINS, Marcio Sampaio Mesquita. Casos de políticas públicas implantadas por intermédio da regulação econômica. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 84, jan 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8823>

MASSARDIER, Giles. Rede de Políticas Pública. In *Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi*. – Brasília:

ENAP, 2006. 2 v., vol. 2, p. 167-186.

Mattos, C.C.A. e B. Mueller. 2006. "Regulando o Regulador: A Proposta do Governo e a ANATEL," *Revista de Economia Contemporânea*, Vol. 10, N.3: 517-546.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. A formação do estado regulador. *Novos estudos - CEBRAP* [online]. 2006, n.76, pp. 139-156.

MISES Brasil. O Sherman Act e a origem das leis antitruste – quem realmente se beneficia com elas? (<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1999>).

Mueller, B. 2001, *Regulação, Informação e Política: Uma Resenha da Teoria Política Positiva da Regulação*, *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, Vol.1, No 1:9-29.

Mueller, Bernardo. 2014. *Economia da Regulação*. Apostila. Acemoglu, Daron, Johnson, Simon H. and Robinson, James A., "Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth" (June 2004). CEPR Discussion Paper No. 4458. (And Handbook of Economic Growth) <https://economics.mit.edu/files/4469>

MUELLER, Bernardo. *Regulação, informação e política: uma resenha da teoria política positiva da regulação*. *Revista Brasileira de Economia de Empresas*. Brasília, v.1, nº 1, pp. 9-29, dez., 2001.

MUELLER, Charles Curt. *Os Economistas e as Relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente*. Brasília: Editora UnB, primeira reimpressão, 2012, 561p.

NOGUEIRA, Jorge M. e ARAUJO, Romana C. de. "Evaluación de impactos ambientales como componente de una política ambiental. Sus límites y potencialidades con base en lecciones de la experiencia brasileña." *Revista Latinoamericana de Derecho y Políticas Ambientales*, Año 3, N.º 3, Octubre 2013, pp. 15-40.

NUNES, Edson, RIBEIRO, Leandro M. & PEIXOTO, Vitor. *Agências Reguladoras no Brasil*. Documento de Trabalho nº. 65. Observatório Universitário. Disponível em:

OCDE (2012). Recommendation of the OECD Council on Regulatory Policy and Governance [C(2012)37].

OCDE. Brasil: Fortalecendo a Governança para o Crescimento. Relatório Sobre Reforma Regulatória. (Introdução, Parte I, Parte III, Conclusões e Recomendações), 2008

OCDE. Recomendação do Conselho sobre Política Regulatória e Governança. Paris, 2012

OCDE. Reduzindo burocracia: estratégias nacionais de simplificação administrativa; [traduzido por Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho e Luiz Marcos Bianchi Leite de Vasconcelos]. – Brasília: MP/SEGES/Projeto EUROBRASIL, 2007, 124 p.

OECD (2010), Why Is Administrative Simplification So Complicated?: Looking beyond 2010, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264089754-en>

OECD. Introductory Handbook for Undertaking Regulatory Impact Analysis. OECD Publishing, Paris, 2008.

OECD. RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO SOBRE POLÍTICA REGULATÓRIA E GOVERNANÇA. Paris: OECD, 2012.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Constitucionalização do Direito Administrativo. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PECI, Alketa. Desenho de uma estratégia de implantação e institucionalização da AIR. In: PROENÇA, Jadir Dias (Org.). Contribuições para melhoria da qualidade da Regulação no Brasil: volume 1. Brasília: Presidência da República, 2010. p. 17-96

PECI, Alketa. Regulação Comparativa: uma (des)construção dos modelos regulatórios. In PECI, Alketa (org.). Regulação no Brasil: desenho, governança, avaliação. Atlas: São Paulo, 2007, p. 72-92.

avaliação. Atlas: São Paulo, 2007, p. 72-92.

PELTZMAN, Sam. A Teorias Econômica da Regulação depois de uma década de desregulação. In MATTOS, Paulo et all (org.) Regulação Econômica e Democracia – o Debate Norte-Americano. São Paulo: Ed. 34, 304 p.

PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? *Análise Social*, vol. xxxii (141), 1997 (2.º), 419-442

PEREZ FILHO, Augusto Martinez. Políticas Públicas e Agências Reguladoras. *Revista Estudos Jurídicos UNESP, Franca, A. 14 n. 20, p. 01-348, 2010.*

PERMAN, Roger e co-autores. *Natural Resource & Environmental Economics*. Essex, Inglaterra: Longman, 2003, Terceira Edição, 558 p.

PINTO, Pedro Duarte; Tribunal de Contas da união, agências reguladoras e um diálogo na construção de melhores resultados regulatórios. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da UFAL. Maceió/Al, v. 5, n. 1 (2014), p. 183-223, jan./jun. 2014 183.*

Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado). Brasília: Presidência da República. Imprensa Oficial, 1995.

Pó, M. "As dimensões dos consumidores na regulação e o posicionamento das agências brasileiras", in: PRO-REG, Melhoria da Regulação no Brasil: O Papel da Participação e do Controle Social, p. 13-34, 2011.

POSNER, Richard A. Teorias da regulação econômica. In MATTOS, Paulo et all (org.) Regulação Econômica e Democracia – o Debate Norte-Americano. São Paulo: Ed. 34, 304 p.

RAMALHO, Bruno Araujo. A interface institucional entre a ANS e o Poder Judiciário: análise de acórdãos sobre a cobertura de emergências médicas em planos de saúde. Revista de Direito Sanitário, 17(1)., 2016.

Ramalho, P. I. S., "Transparência e participação social no processo regulatório da Anvisa: fortalecimento dos consumidores na regulação sanitária", in: PRO-REG, Melhoria da Regulação no Brasil: O Papel da Participação e do Controle Social, p. 145-172, 2011.

REIS, Leonardo Silva Reis. Políticas públicas sob a ótica do novo gestor: o public policy-cycle de Howlett e Ramesh como estratégia para ação do Estado. Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Vol. 10. nº 1, Jan/Jun 2011.

RIMMER, Stephen; RODRIGO, Delia; and LADEGAARD, Peter. Making it Work: "RIA Light" for Transition and Developing Countries. Better Regulation for Growth (BRG) Program. Washington: The World Bank Group, 2010.

ROBERTS, Royston Murphy. Descobertas Acidentais em Ciência, Papirus, Campinas, 1993 330 pags.

RODRIGUES. Rodrigo A. A política do governo federal para os biocombustíveis e o contexto internacional. Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, v. 14, pp. 61-72, 2015.

RODRIGUES. Rodrigo A. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: uma referência para a análise da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, v. 6, pp. 9-25, 2007.

RODRIGUES. Rodrigo A. O mercado de aviação doméstica no Brasil: processo de desregulação comparado com a experiência norte-americana, sob o enfoque da Teoria Política Positiva da Regulação. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Economia. Brasília – DF, 2003.

RODRIGUES. Rodrigo A. Regulação governamental: teoria, boas práticas e a experiência brasileira. Minuta, em revisão. Cap. 1.

RODRIGUES. Rodrigo A. Regulação governamental: teoria, boas práticas e a experiência brasileira. Minuta, em revisão. Cap. 2.

RODRIGUES. Rodrigo A. Regulação governamental: teoria, boas práticas e a experiência brasileira. Minuta, em revisão. Cap. 3.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas – Conceitos básicos. s/d; s/e. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/o/1635738>

RUIZ, João Àlvaro. Metodologia Científica, 4a. Ed., Atlas, S. Paulo, 1997, 180 pags.

SALGADO, Lucia Helena; BORGES, Eduardo Bizzo de Pinho. Análise de impacto Regulatório: uma abordagem exploratória. Texto para discussão n. 1463. Brasília: IPEA, 2010.

SANTOS, Luiz Alberto dos. Burocracia profissional e a livre nomeação para cargos de confiança no Brasil e nos EUA. Revista do Serviço Público - RSP, v. 60, n. 1, p. 05-28

SANTOS, Luiz Alberto dos. Políticas e experiências de gestão e fortalecimento da função pública: a experiência brasileira com a regulação e as transformações na função regulatória do Estado. VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003

SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. 2 vol. – Vol 1.

SCHAUER, Frederick; ZECKHAUSER, Richard. "The trouble with cases" in Kessler, D. (ed.), Regulation vs. Litigation: Perspectives from Economics and Law, Chicago: University of Chicago Press, 2010.

SEVERINO, A. J. S. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª Ed. Revista e Atualizada, 1ª Reimp. São Paulo: Cortez, 2008.

SHAPIRO, Mario Gomes (org.). Direito Econômico Regulatório. Série GV Law. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In HOCHMAN, Gilberto, ARRETICHE, Marta & MARQUES, Eduardo (org.). Políticas públicas no Brasil. Editora FIOCRUZ, 2007, 398 p.

Spiller, Pablo and Ingo Vogelsang, 1997. "The Institutional Foundations of Regulatory Commitment," Journal of Institutional and Theoretical Economics.

STERNER, Thomas e CORIA, Jessica. Policy Instruments for Environmental and Natural Resource Management. New York e London: RFF Press, Resource for the Future, Second Edition, 2012, 638p.

STIGLER, George J. A teoria da regulação econômica. In MATTOS, Paulo et all (org.) Regulação Econômica e Democracia – o Debate Norte-Americano. São Paulo: Ed. 34, 304 p.

SUBIRATS, Joan. El papel de la burocracia en el proceso de determinación e implementación de las políticas públicas. In Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. Vol 2, p. 113-126.

SUNDFELD, Carlos Ari. Introdução às Agências Reguladoras In . SUNDFELD, Carlos Ar (coord). Direito Administrativo Econômico. São Paulo: Malheiros/SBD, 1ª Ed, 3ª. Tiragem. 200, pp. 17-38.

Sustein, Cass R. 2015. "Nudging and Choice Architecture: Ethical Considerations" Yale Journal of Regulation, forthcoming:
http://www.law.harvard.edu/programs/olin_center/papers/pdf/Sunstein_809.pdf

Svara, J. H. "The Myth of the Dichotomy: Complementarity of Politics and Administration in the Past and Future of Public Administration". Public Administration Review, v. 61(2), p. 176-83, 2001.

TAVEIRA, Rodrigo Abrão Veloso & RAMALHO, Pedro Ivo Sebba. POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAÇÃO: INTERFACES E LIMITES. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico. Número 40 – novembro/dezembro/janeiro – 2014-15

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

Tirole, Jean. 2014. Market Power and Regulation. compiled by the Economic Sciences Prize Committee of the Royal Swedish Academy of Sciences.

http://www.ecgi.org/documents/sciback_ek_en_14.pdf

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Judicialização das políticas no Brasil: até onde nos podem levar as asas de Ícaro, Themis. Coimbra, a.11n.20-21(2011), p.185-210.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

VIEGAS, Waldyr. Fundamentos de Metodologia Científica, Brasília, 1999.

WEBER, Max. Economia e Sociedade - Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Volume 1, Cap. IX . Brasília, DF: Ed. Unb: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Weigrich, Kay; Kostka, Genia and Hammerschmid, G. (2017) The Governance of Infrastructure (G. Weigrich, Kay; Kostka, Genia and Hammerschmid, ed.), Oxford, Osxford.

WILSON, Woodrow O estudo da Administração. Revista do Serviço Público Brasília 56 (3): 349-366 Jul/Set 2005.

World Bank. 2017. Back to Planning: How to close Brazil's Infrastructure Gap in Times of Austerity. <http://documents.worldbank.org/curated/en/386151499876913758/pdf/117392-REVISED-PUBLIC-Back-to-Planning-How-to-Close-Brazil-s-Infrastructure-Gap-in-Times-ofAusterity-with-cover-page.pdf>

WORLD BANK. Doing Business 2017: Equal Opportunity for All. Washington, DC: World Bank, 2017. DOI: 10.1596/978-1-4648-0948-4

XIMENES, Julia Maurmann Judicialização do benefício de prestação continuada e efeitos simbólicos na cidadania. Pensar - Revista de Ciências Jurídicas, v. 21, p. 600-625, 2016.

XIMENES, Julia Maurmann. Uma proposta de matriz de análise para a pesquisa sobre a judicialização dos direitos sociais. Direito Público. Brasília, IDP, ano XI, n. 60, nov-dez 2014, p. 222-237

APÊNDICE II – PROJETO DE PESQUISA

Curso:	Ano:
Nome do aluno:	CPF: ____.____.____-__
Tema da Pesquisa:	
Objetivo da Pesquisa:	
Relevância da Pesquisa:	
Referências:	

APÊNDICE III - TERMO DE MATRÍCULA E RESPONSABILIDADE POR ORIENTAÇÃO

Tema da Pesquisa:
Nome do aluno:
Nome do Orientador
Titularidade do orientador: <input type="checkbox"/> especialista <input type="checkbox"/> mestre <input type="checkbox"/> doutor

Cronograma Estimativo das Atividades

Indicar na tabela os prazos inicialmente previstos para a realização dos encontros e entrega dos produtos/etapas de desenvolvimento do TCC.

Período das atividades de orientação: de ____/20__ a ____/20__.

Data	Descrição das Atividades
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	

RESPONSABILIDADES DO ORIENTADOR:

O orientador deve, além de acompanhar o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso em todas as fases de elaboração, presidir a Banca Examinadora e sugerir a composição desta à coordenação do curso.

São atribuições do orientador:

- a) encaminhar à coordenação as documentações necessárias à contratação e respectivo pagamento da atividade de orientação;
- b) verificar a pertinência do projeto de pesquisa apresentado pelo aluno;
- c) sugerir referências bibliográficas concernentes ao tema apresentado pelo orientando;

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação - PPC

- d) auxiliar o orientando nas principais linhas teóricas e metodológicas aplicadas ao tema do TCC;
- e) estimular a autonomia intelectual do orientando;
- f) discutir a proposta de pesquisa e apontar os aspectos que precisam ser melhorados;
- g) acompanhar a evolução do trabalho de conclusão do curso no decorrer de sua elaboração;
- h) encaminhar, à coordenação do curso, relatório de atividades de orientação ao final do período previsto no cronograma ;
- i) informar no relatório sobre o atendimento, por parte do(s) aluno(s) orientando(s), das recomendações de modificações e do cumprimento dos prazos;
- j) indicar o examinador para a composição da banca, observando que, caso o orientador seja somente especialista, o examinador da banca deve ser mestre ou doutor; e
- k) presidir a banca examinadora.

RESPONSABILIDADES DO ORIENTANDO:

- a) apresentar o projeto de pesquisa ao orientador ao início da orientação;
- b) cumprir os prazos de entrega das etapas estipulados pelo orientador;
- c) informar ao orientador sobre qualquer eventualidade que dificulte o cumprimento de etapas;
- d) elaborar o TCC respeitando os parâmetros adotados pela coordenação do curso;
- e) entregar o TCC à coordenação no prazo estipulado no cronograma.
- f) Apresentar o TCC à banca examinadora dentro dos prazos definidos no curso.

Brasília, .

De acordo,	De acordo,
Assinatura do aluno	Assinatura do orientador